

Dossier - Inovação

Políticas de Promoção da Inovação

Ruy Martins Altenfelder Silva

A superação das deficiências competitivas do Brasil também não pode prescindir da constituição de grupos empresariais brasileiros de porte mundial. Sem eles não se desenvolverão núcleos de progresso tecnológico capazes de afirmar marcas, de criar novos produtos e de gerar, aqui, actividades e empregos de elevada qualificação.

O factor competitividade é decisivo para o futuro das nações, num novo tempo, muito mais veloz e em que os processos de integração são acelerados. No caso brasileiro, defrontamo-nos com uma dupla tensão: de um lado, a nossa indústria tem que encarar a pressão competitiva das economias líderes da inovação tecnológica e, de outro, a pressão dos preços dos commodities e dos produtos de baixo conteúdo tecnológico exercida pelos países que adoptaram taxas de câmbio subvalorizados, salários baixos e custos subsidiados. A FIESP/CIESP/IRS incluiu o tema como prioritário no trabalho submetido à sociedade: "O Brasil de Todos Nós".

A vulnerabilidade tecnológica advém da baixa capacidade em investir em pesquisa e no avanço de pesquisas realizadas por outras nações. É preciso transformar o conhecimento da ciência em novas tecnologias que melhorem a produtividade e absorvam mão de obra disponível.

No caso brasileiro, os que sobreviveram à década reduziram custos, racionalizaram processos e ganharam eficiência. Porém, o avanço concentrou-se mais em processos do que em produtos, que continuam apresentando poucas inovações, o que reduz a rentabilidade sobre o capital e limita o potencial de exportação. É premente estruturar programas de exportação e substituição inteligente de importações, dentro da visão de cadeias integradas, tendo como base uma actualização do diagnóstico da competitividade, tendo como referência o benchmarking mundial.

Este benchmarking competitivo interno e internacional é imprescindível na avaliação das propostas. Todas as cadeias da indústria, agroindústria, agricultura, mineração, serviços, turismo deverão ser objecto de mobilização para a competitividade, procurando-se identificar, caso a caso, as possibilidades viáveis de expansão de exportações e de

substituição competitiva de importações, tendo em vista, as potencialidades da integração comercial e económica da América do Sul, com o fortalecimento e ampliação do Mercosul, e ainda considerando as possibilidades de acordos com a ALCA e a União Europeia e com parceiros não tradicionais.

Parcerias e cooperação com as grandes empresas internacionais podem encurtar o tempo de obtenção de um expressivo superavit, especialmente se estas forem motivadas a reforçar o papel da empresa brasileira como plataforma de exportação. Além disso, a necessidade suplementar de poupança externa requer uma política activa de atracção de investimentos, notadamente em sectores com potencial exportador, o que implica realizar esforços de promoção, facilitação do acesso, simplificação e desburocratização de processos/requisitos, através de estruturas ágeis e supra-ministeriais.

Competitividade não se sustenta sem inovação. O Brasil investe relativamente pouco em pesquisa e desenvolvimento, exhibe resultados apenas aceitáveis em termos de produção científica e registra um número baixo de patentes, sendo elevado o défice na rubrica de tecnologia do balanço de pagamentos. É também pouco expressiva a participação dos sectores de alta intensidade tecnológica no sistema produtivo. Não é mais possível perder tempo e oportunidades. O sector privado está maduro para interagir com uma política tecnológica de adequada envergadura, afinada com a política industrial. É indispensável, porém, contar com estudos prospectivos e com mecanismos eficazes para aumento da taxa de sucesso das actividades de inovação, à semelhança dos existentes nas economias desenvolvidas.

A superação das deficiências competitivas do Brasil também não pode prescindir da constituição de grupos empresariais brasileiros de porte mundial. Sem eles não se desenvolverão núcleos de progresso tecnológico capazes de afirmar marcas, de criar novos produtos e de gerar, aqui, actividades e empregos de elevada qualificação. Não se recomenda qualquer restrição ao investimento directo estrangeiro, que deve continuar sendo atraído e bem recebido, mas que sejam fortalecidas as empresas nacionais. Dispomos de poucos global players, e por isso deveríamos estimular, logo, a formação de grandes empresas mundiais em diversos sectores industriais, bem como em vários segmentos dos agronegócios e outros sectores exportadores.

É relevante, ainda, apoiar o desenvolvimento de médias e grandes empresas brasileiras em segmentos seleccionados de alta tecnologia (hardware e software), assim como dar o

tratamento adequado a temas como propriedade intelectual, comércio electrónico, inclusão digital e economia baseada em conhecimento.

Sugere-se o desenho claro de uma matriz sector-região (i.e., vocações e oportunidades) em nível regional, com o objectivo de agregar activos (instituições, academia, fornecedores, investidores, órgãos de fomento, etc) para optimização das vocações levantadas.

O desenvolvimento regionalizado do país deve estar associado a novas formas de fomento às pequenas empresas, através da formação de clusters" e de processos localizados de inovação e de aprendizado competitivo em todo o território nacional, promovendo-se o associativismo empresarial e a formação de consórcios de exportação e de centros de compras, design e tecnologia. É imprescindível, para isso, uma actuação mais vigorosa e criativa do sistema de apoio às micros, pequenas e médias empresas, em associação com os organismos ministeriais e as instituições federais de crédito, e em estrita sintonia com o sector produtivo.

A redução dos custos sistémicos que recaem sobre as empresas nacionais é pré-condição para o sucesso da adesão a novos blocos económicos e para a intensificação das relações de comércio brasileiras, inclusive no que tange à perspectiva de reduções tarifárias adicionais. Esta pré-condição é particularmente válida tanto para acordos bilaterais, quanto para as duas negociações que estão ocorrendo paralelamente, uma com a União Europeia e outra para a formação da ALCA. A indústria tem todo o interesse no aumento da inserção do Brasil no comércio mundial, desde que os calendários de implementação destes acordos estejam melhor amarrados a cronogramas simultâneos da redução dos custos sistémicos que prejudicam as empresas brasileiras.